

**SEFIC2018**  
**UNILASALLE**

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A  
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

**22 A 27**  
DE OUTUBRO

## **REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O PERCURSO EDUCACIONAL E A EMPREGABILIDADE DE PROFISSIONAIS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Amanda Burchert  
Kelly Oliveira  
Denise Macedo Ziliotto (orientadora)  
Universidade La Salle

### **RESUMO**

A investigação tem como objetivo analisar as implicações entre o percurso educacional realizado por deficientes visuais e as suas perspectivas profissionais. A pesquisa qualitativa de característica exploratória foi realizada a partir de entrevistas com 10 profissionais cegos ou com baixa visão, filiados à Associação de Deficientes Visuais (ADEVIC) situada na cidade de Canoas. Os resultados da pesquisa apontam as dificuldades enfrentadas no percurso educacional e no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** *deficiência visual, educação, inclusão.*

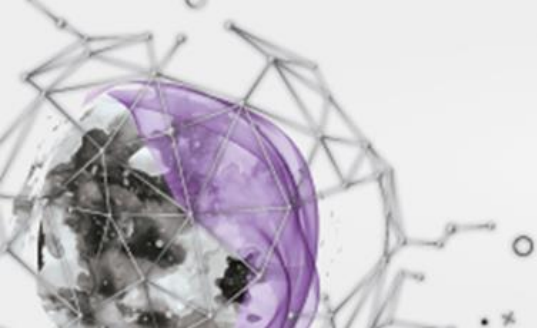
**Área Temática:** Ciências Humanas

### **1 INTRODUÇÃO - PROPÓSITO CENTRAL DO TRABALHO**

O número de pessoas com deficiência ocupando postos de trabalho tem crescido segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Em 2016 havia 418,5 mil pessoas com deficiência empregadas formalmente no mercado de trabalho, significando um aumento de 3,8% referente ao ano de 2014. Dentre as vagas de emprego, 204,6 mil correspondiam aos deficientes físicos, aos deficientes auditivos eram 80,4 mil, aos deficientes visuais o contingente de 53,4 mil, os reabilitados eram 38,7 mil, os deficientes intelectuais 34,2 mil e deficiências múltiplas contemplavam 7,3 mil vínculos de emprego (MINISTÉRIO TRABALHO, 2018).

Garcia (2014) afirma que há muitas pessoas com deficiência que estão na informalidade, através dos dados do Censo de 2010, são identificados 6,5 milhões de pessoas em idade ativa e deste número somente 306 mil possuem vínculo de trabalho registrado. No contexto escolar o percentual de escolas no Brasil com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, que estão inseridos em classes regulares é de 57,8%. No ano de 2008, o percentual era de 31% de alunos incluídos (INEP/MEC, 2016).

Esta investigação tem como objetivo analisar implicações entre o percurso educacional realizado por deficientes visuais em relação às perspectivas profissionais advindas ou relacionadas a esta trajetória.



**SEFIC2018**  
**UNILASALLE**

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A  
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

**22 A 27**  
DE OUTUBRO

## 2 REVISÃO

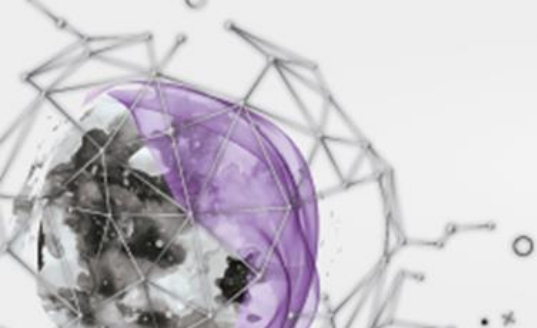
Em virtude das discussões existentes acerca da deficiência, há cuidado em relação aos termos utilizados para nomear os sujeitos, afim de que não sejam discriminativos. Muitas pessoas usam o termo deficiente visual ao se referirem à palavra cego, porém elas não tem o mesmo significado. O termo deficiência visual abrange quem tem baixa visão, e cego se refere a quem é privado da visão, dessa forma não há preconceito em utilizar o conceito cego. O preconceito está em pensar que o sujeito cego não é capaz de trabalhar, estudar e estar ativo em todos contextos sociais (NUNES; LOMONACO, 2010).

O sentido do trabalho para as pessoas com deficiência envolve questões como sobrevivência, ser útil à sociedade e também ser independente financeiramente como pessoalmente. O desejo de ser reconhecido pela sociedade como trabalhadores também significativo (LIMA et al, 2013). O trabalho se torna importante e essencial para a pessoa com deficiência e para as suas relações sociais. A sua inclusão no mercado de trabalho gera muitos questionamentos, especialmente sobre sua formação e qualificação para o mercado de trabalho. Para Carvalho-Freitas e Marques (2009) ainda existe na sociedade e nas organizações o paradigma da normalidade, que significaria que a deficiência seria visto como um desvio, uma desqualificação, e que o esforço a ser empregado é sua adequação ao contexto.

Para Passerino e Pereira (2014) o desenvolvimento da educação do nível básico ao superior é importante para a qualificação dos deficientes, porque além de garantir sua formação também surge possibilidade de acesso ao mercado de trabalho. Garantir educação as pessoas com deficiência não só reforça a inclusão no ambiente de trabalho como também ajuda no crescimento profissional e pessoal, criando possibilidade de desenvolver atividades mais complexas.

Assim a o acesso à educação desde o nível básico contribui para a inclusão da pessoa com deficiência nos diversos contextos sociais e auxilia na compreensão de que as pessoas com deficiência também são capazes e iguais. A inclusão possibilita avanços no contexto educativo dos alunos com deficiência visual, o que contribuiu para a integridade do ser humano e gera possibilidades de realização pessoal e também profissional. Porém ainda é importante ações pedagógicas inclusivas, que sejam compartilhadas entre docentes do ensino regular e do atendimento educacional especializado, para que juntos possam auxiliar na formação de independência dos alunos (TRINANES; ARRUDA, 2014).

Por haver pouco conhecimento referente à deficiência visual, os docentes não têm muitas expectativas quanto a aprendizagem do aluno. Acreditar que o aluno cego tem pouca competência para aprender prejudica muito a aprendizagem, pois isso reduz as propostas pedagógicas do docente. Em outros casos também pode ocorrer de os professores ao prepararem suas aulas, utilizem como base para o aluno cego, as formas de aprendizagem dos videntes, demonstrando assim a dificuldade do professor de perceber as potencialidades e também limitações do aluno com deficiência (NUNES; LOMANACO, 2010).



Silva (2003) assinala que o direito à educação, historicamente, configurou-se a partir de um discurso filantrópico e assistencialista, onde eram raras as situações de aprendizagem com atividades e aulas adaptadas as suas necessidades. Fernandes e Costa (2015) investigaram a contribuição de tutores para acompanhamento de estudantes com DV no ensino médio e superior, reconhecendo que a tutoria em pares é uma estratégia promissora no processo inclusivo. Esta potencialidade poderia ser transposta para as experiências no campo laboral, tendo em vista o caráter colaborativo e de aprendizagem que tal relação estabelece.

A investigação realizada por Bittencourt e Fonseca (2011) com trabalhadores em reabilitação profissional indicou a precariedade das ocupações disponíveis para os deficientes visuais, a instabilidade do mercado de trabalho, a incompatibilidade das atividades ofertadas com a condição visual e o descumprimento da legislação vigente como tensionadoras para o reingresso laboral

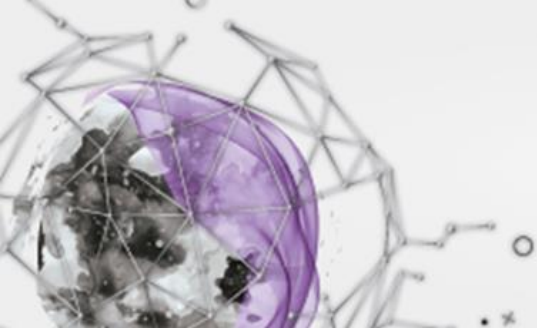
### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa e exploratória, que segundo Marconi e Lakatos (2003) tem por objetivo formular questões e ideias sobre determinados assuntos, favorecendo a aproximação do pesquisador ao tema investigado. A pesquisa de campo foi realizada com 10 profissionais que estão vinculados à Associação dos Deficientes Visuais de Canoas (ADEVIC), a partir de entrevistas semiestruturadas. Os critérios para inclusão na amostra foram: ter exercido atividade profissional prévia, possuir escolarização mínima de ensino médio e concordar com TCLE. A entrevista é um processo de investigação social, onde duas pessoas se encontram a fim de obter informações sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2003). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e avaliadas segundo análise de conteúdo de Bardin (2010).

### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os participantes da investigação são cinco homens e cinco mulheres, com idade média de 36 anos. Em relação ao percurso de formação dos profissionais, um possui curso superior completo (E1), três possuem superior incompleto (E3, E7, E10), três possuem ensino médio completo (E4, E6, E9), um ensino médio incompleto (E2), um ensino fundamental (E5) e um ensino técnico (E8). Considerando que quatro trabalhadores possuem deficiência congênita e estavam inseridos em escolas educação básica, pode-se afirmar que há percurso de formação significativo dentre os deficientes pesquisados.

Em relação às oportunidades de qualificação visando o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho, E8 é estudante universitário e possui inglês avançado e E1 faz que cursos de informática e braile na ADEVIC, pois entende que precisa se atualizar para se inserir no de trabalho. E4 explica que está aprendendo a lidar com a deficiência visual e que na ADEVIC passou a compreender que pode ter vida social e manter suas atividades anteriores, somente com algumas limitações. E2 afirma está em busca de qualificação, mas considera que as oportunidades são muito limitadas, que nem sempre



**SEFIC2018**  
**UNILASALLE**

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A  
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

**22 A 27**  
DE OUTUBRO

há ofertas que contribuam. E7 afirma que precisa se qualificar mas encontra dificuldades financeiras para estudar; neste momento não está procurando trabalho pois as exigências são muitas e as oportunidades para estudar são restritas: “*a inclusão existe no papel, mas na prática não*”. E6 participou de vários cursos e palestras na empresa em que trabalhava. E3 informou que somente realizou uma qualificação: “*Depois que adquiri a cegueira, somente curso de Informática. Já havia trancado a faculdade e acabei não voltando para o curso, mas não culpo minha deficiência*”.

E9 demonstra valorizar a formação continuada, pois terminou o curso técnico de administração e agora faz curso de inglês, E9 encontra dificuldades pois ainda depende de alguém para deslocar-se e realizar as capacitações, solicitando auxílio de familiares e de vizinhos: “*Eu quero aprender porque nunca se sabe o dia de amanhã*”. E5 entende que precisa se superar, pois há dificuldades em relação à acessibilidade na educação para os deficientes. E10 relembra que ao procurar a escola técnica para fazer sua inscrição, inicialmente foi impedida por ser DV, sendo necessário pleitear junto à direção e área pedagógica para autorizarem seu ingresso; na universidade foi a primeira aluna cega da instituição, buscando recursos como a gravação de aulas e materiais adaptados, contando com o apoio da coordenação do curso para prosseguir na sua formação. A participante observou que, ao receber notas melhores do que seus colegas videntes na universidade, era questionada por estes, respondendo que a qualidade de sua atenção era responsável pelo seu desempenho.

Os entrevistados reconhecem a importância da qualificação em função das exigências do mercado de trabalho e da imprevisibilidade do seu futuro, pois alguns ainda estão em afastamento por saúde, necessitando realizar perícias médicas periódicas. Contudo, as oportunidades de profissionalização são consideradas, pelos profissionais entrevistados, como bastante restritas em função da acessibilidade, em diversas perspectivas: arquitetônica, transporte /deslocamento, pedagógica e atitudinal.

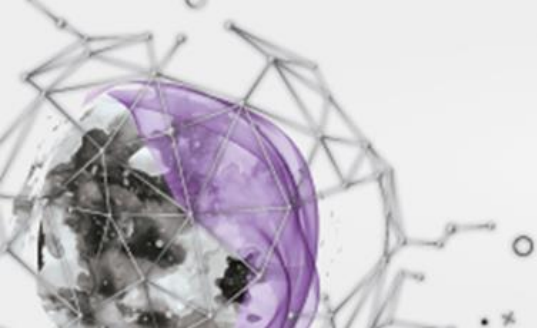
## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4.ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.

BITTENCOURT, Zelia Zilda Lourenço de Camargo; FONSECA, Ana Maria Ribeiro da. Percepções de pessoas com baixa visão sobre seu retorno ao mercado de trabalho. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p. 187-195, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n49/06.pdf>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2011000200006>

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUES, Antônio Luiz. Pessoas com deficiência e trabalho: percepção de gerentes e pós-graduandos em Administração. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932009000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200004).

FERNANDES, Woqiton Lima; COSTA, Carolina Severino Lopes da. Possibilidades da tutoria de pares para estudantes com deficiência visual no ensino técnico e superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.** Marília, v. 21, n. 1, p. 39-56, 2015. Disponível



**SEFIC2018**  
**UNILASALLE**

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A  
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

**22 A 27**  
DE OUTUBRO

em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382015000100039&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382015000100039&script=sci_abstract&tlng=pt)

GARCIA, Vinicius Gaspar. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 165-187, abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v12n1/10.pdf>.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462014000100010>.

INEP; MEC. Censo da Educação Brasileira: notas estatísticas. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Michele P de.; TAVARES, Nathalia Vasconcelos; BRITO, Mozar José; CAPPELLE, Monica Carvalho Alves. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 2, p. 42-68, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712013000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712013000200003&script=sci_abstract&tlng=pt).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2003.

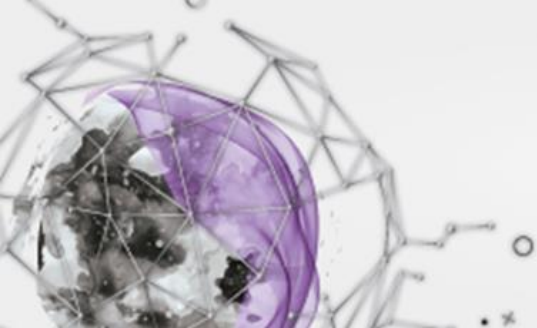
MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relação anual de informações sociais (RAIS) 2016. Disponível em <http://trabalho.gov.br/rais>. 2018.

NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. v. 14, n. 1, p. 55-64, 2010.

PASSERINO, Liliana Maria; PEREIRA, Ana Cristina Cypriano. Educação, inclusão e trabalho: um debate necessário. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 831-846, Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362014000300011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362014000300011&script=sci_abstract&tlng=pt).

SILVA, Shirley. A Política Educacional Brasileira e as Pessoas com Deficiências: como difundir o discurso de uma política pública de direitos e praticar a privatização? In: SILVA, Shirley; VIZIM, Marli (orgs). **Políticas Públicas: educação, tecnologia e pessoas com deficiência**. Campinas, SP: Mercado das Letras / Associação de Leitura do Brasil, p. 73-100, 2003.

TRINANES, Maria Terêsa Rocha; ARRUDA, Sônia Maria Chadi de Paula. Atividades de vida autônoma na escola de tempo integral: aluno com deficiência visual - perspectivas educacionais. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 4, p. 581-590,



**SEFIC2018**  
**UNILASALLE**

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A  
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

**22 A 27**  
DE OUTUBRO

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382014000400009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382014000400009&script=sci_abstract&tlng=pt).